

Empresas de carteira segregada nas Ilhas Cayman

Qualquer sociedade isenta das Ilhas Cayman (o veículo societário limitado por ações mais comum nas Ilhas Cayman) poderá ser registrada como uma empresa de carteira segregada (uma **SPC**) segundo a Lei de Sociedades das Ilhas Cayman (**Lei de Sociedades**). O conceito de SPC é que a empresa, que permanece como uma pessoa jurídica individual, pode estabelecer carteiras segregadas separadas (individualmente uma **Carteira**), sendo os ativos e passivos de cada Carteira delimitados estatutariamente dos ativos e passivos de cada uma das outras Carteiras e dos ativos e passivos em geral da sociedade. As receitas e os outros bens de uma SPC que não sejam atribuíveis a nenhuma Carteira constituem os ativos gerais da sociedade.

Benefícios das SPCs

O principal benefício de usar uma SPC para estabelecer a segregação de ativos e passivos, em lugar de métodos alternativos como disposição de direito de regresso contratual limitado), é o fato de que a delimitação está estabelecida em lei e não em contrato e, portanto, tem o benefício do reconhecimento estatutário do foro de constituição da SPC.

O outro benefício importante do regime da SPC é que, como é um regime estatutário nos termos da Lei de Sociedades, ele também obriga terceiros não consensuais e, assim, estende o conceito de delimitação a partes que de outras formas não seriam abrangidas pela delimitação contratual.

Usos de SPCs

As estruturas de fundo offshore padrão, tais como fundos de hedge multiclasse, fundos coletivos, estruturas *master-feeder* e plataformas de contas gerenciadas, podem se beneficiar da capacidade de estabelecer delimitações estatutárias para se proteger de questões de responsabilidade cruzada entre ativos e passivos de classes diferentes com perfis de capital e dívida distintos. Consulte nosso [guia de fundos mútuos nas Ilhas Cayman](#) e o [guia de fundos privados nas Ilhas Cayman](#) para mais detalhes.

Veículos de seguros, em particular cativos, podem ser constituídos de forma a estabelecer que seguros ou linhas de produtos individuais sejam segregados em diferentes Carteiras, para protegê-los de perdas decorrentes de outras categorias de riscos subscritos pela seguradora.

Outros usos de SPCs incluem a criação de múltiplos veículos de emissão de dívida em tranche quando existe a preferência por um nível adicional de delimitação estatutária para incluir um outro nível de proteção à disposição habitual de garantia separada e/ou direito de regresso limitado.

Constituição de uma SPC

Registro

O registro como SPC pode ser feito no momento da constituição da sociedade ou subsequentemente. Consulte nosso [guia de sociedades isentas das Ilhas Cayman](#) ou entre em contato com o seu representante habitual da Harneys para detalhes sobre a constituição de sociedades isentas nas Ilhas Cayman.

Nome

O nome de uma SPC deve incluir as letras/palavras “Empresa de Carteira Segregada” ou “SPC”..

Conversão em uma SPC

Qualquer sociedade isenta em situação regular com o Oficial de Registro pode solicitar sua conversão em SPC.

A sociedade precisará, juntamente com outras formalidades, do consentimento de seus acionistas por meio de deliberação extraordinária e do consentimento da Autoridade Monetária das Ilhas Cayman (**CIMA**), se a sociedade for regulamentada. Além disso, a sociedade deverá também (i) obter o consentimento de todos os seus credores; ou (ii) providenciar a entrega de notificação adequada da proposta a todos os credores, e ter recebido o consentimento de pelo menos 95 por cento, em valor, de todos os credores da sociedade.

Características de uma SPC

Quitação de passivos

Os passivos de qualquer Carteira específica não podem ser quitados com os ativos de nenhuma outra Carteira. Os passivos em geral de uma SPC não podem ser quitados com os ativos atribuíveis a nenhuma Carteira. Os ativos em geral de uma SPC podem, no entanto, ser aplicados aos passivos de qualquer Carteira, na medida em que os ativos atribuíveis a essa Carteira forem insuficientes para quitar passivos da Carteira, a menos que o Contrato Social (**Contrato Social**) da SPC expressamente proíba essa aplicação dos ativos em geral. É comum que o Contrato Social estabeleça essa proibição a fim de impedir uma falha em uma Carteira tenha qualquer efeito adverso sobre os ativos em geral da SPC.

Ações, dividendos e distribuições da Carteira

Uma ou mais classes de ações podem ser designadas para cada Carteira e os recursos da emissão dessas ações são alocáveis a essa mesma Carteira individualmente.

Os princípios relacionados ao pagamento de dividendos ou outras distribuições e o pagamento do preço de resgate das ações são aplicados a cada Carteira isoladamente, como se cada Carteira fosse uma pessoa jurídica distinta. Como tal, pagamentos de dividendos, distribuições e de resgates de ações somente podem ser custeados com os ativos da Carteira com relação à qual as ações relevantes foram emitidas, e deve ser registrada no balanço patrimonial apenas a Carteira que estiver pagando os dividendos, a distribuição ou o resgate.

Segregation of assets/Entering into of contracts

Os diretores são obrigados a estabelecer e manter a segregação tanto dos ativos em geral de uma SPC quanto dos ativos de cada Carteira, embora os diretores tenham direito, segundo a Lei de Sociedades, de movimentar os ativos entre carteiras segregadas e entre uma carteira segregada e os ativos em geral da SPC pelo valor total. Cada contrato ou acordo a ser celebrado em nome de cada Carteira deve também especificar em sua folha de rosto que ele é celebrado por ou em nome dos diretores e em nome dessa Carteira.

Reconhecimento e proteção contratual

Ainda não houve um caso em que um juízo estrangeiro tenha especificamente decidido sobre a validade da segregação de ativos e passivos de uma SPC das Ilhas Cayman, embora uma segregação estatutária semelhante de ativos e passivos possa ser encontrada em um número crescente de jurisdições. Quando os ativos estiverem localizados fora das Ilhas Cayman, é comum incluir um nível de proteção contratual nos documentos relevantes da operação para estabelecer que o direito de regresso é limitado aos ativos da Carteira específica, e também remover quaisquer fundamentos para qualquer reivindicação em potencial levantada por uma contraparte com base no fato de que ela não tinha conhecimento da natureza das restrições estatutárias com relação a passivos incorridos.

Se exigido, a fim de reduzir a exposição aos juízos de outras jurisdições, documentos que evidenciem as obrigações de pagamento podem ser regidos pelas leis das Ilhas Cayman, e as partes podem concordar em se submeter à competência exclusiva dos tribunais das Ilhas Cayman nesses documentos. Deve-se também ter atenção às disposições de compensação genéricas encontradas em formulários bancários e documentos de corretagem padrão, que terão de ser especificamente adaptados para respeitar a segregação de ativos e passivos em uma estrutura de SPC.

Deveres e responsabilidades dos diretores

Os diretores de uma SPC têm a obrigação contínua de certificar-se de que todos os contratos sejam celebrados em nome da Carteira correta e que todos os ativos e passivos sejam atribuídos adequadamente entre os ativos em geral e cada Carteira..

Os principais deveres dos diretores de todas as sociedades isentas de Cayman, incluindo SPCs, constam do direito consuetudinário inglês, o que exige que um diretor de uma sociedade atue com honestidade, boa fé e com o que o diretor acreditar ser no melhor interesse da sociedade. O diretor deve ainda agir para uma finalidade adequada e não deve limitar seu futuro poder de decisão. Consulte nosso [guia de deveres e obrigações de diretores segundo a lei das Ilhas Cayman](#) para mais informações sobre os deveres dos diretores.

Além dos deveres do direito consuetudinário, a Lei de Sociedades prevê que qualquer contrato ou outro acordo que deva ser vinculativo a uma Carteira deve ser assinado por ou em nome dos diretores e fazer referência clara à Carteira pertinente. A Lei de Sociedades também inclui um mecanismo de reparação caso uma atribuição tenha sido feita incorretamente, sem que os diretores incorram em nenhuma responsabilidade pessoal.

Obrigações contínuas de uma SPC

Consulte o nosso [guia de obrigações contínuas de sociedades isentas das Ilhas Cayman](#) para detalhes sobre as exigências contínuas de uma sociedade isenta.

Dissolução, liquidação e intervenção

Dissolução ou liquidação

Uma SPC poderá ser dissolvida ou liquidada da mesma forma como qualquer outra sociedade isenta das Ilhas Cayman, exceto quando uma de suas Carteiras estiver sob intervenção e, nesse caso, uma autorização do Grande Júri será então necessária para uma dissolução voluntária. Qualquer liquidante nomeado deverá dar continuidade aos procedimentos para segregar e manter segregados os ativos da Carteira de outros ativos da Carteira e os ativos em geral da SPC. O liquidante deve apenas quitar as habilitações de crédito da Carteira com os ativos da Carteira pertinente. Se o credor tiver apenas uma habilitação contra os ativos em geral da Sociedade, ele não terá o direito de apresentar habilitações contra os ativos atribuíveis a qualquer Carteira.

Ordem de intervenção judicial relativa a uma Carteira específica

O Grande Júri das Ilhas Cayman pode expedir uma ordem de intervenção judicial e nomear um síndico para os ativos de uma Carteira específica, mediante requerimento da SPC, de qualquer diretor, credor ou acionista de uma Carteira ou de uma CIMA (no caso de um fundo regulado ou outra entidade regulamentada apenas).

O Grande Júri expedirá uma ordem se ele estiver convencido de que:

- os ativos atribuíveis a qualquer Carteira específica são ou podem ser insuficientes para quitar as habilitações de crédito daquela Carteira; ou
- existe uma intenção de dissolução organizada do negócio atribuível a qualquer Carteira específica, e for feita uma proposta para distribuir os ativos da Carteira àqueles com direito de regresso contra a Carteira.

Efeito de ordem de intervenção

A expedição de uma ordem de intervenção pelo Grande Júri resulta na suspensão de processos contra a SPC com relação à Carteira com relação à qual a ordem de intervenção judicial for expedida. Nenhuma ação, demanda ou outro processo poderá ser intentado ou instaurado contra os ativos dessa Carteira, a não ser com a permissão do Grande Júri. Uma vez que uma ordem de intervenção seja expedida, os poderes dos diretores da SPC cessam com relação ao negócio ou atribuíveis aos ativos da Carteira específica.

Efeito de liquidação geral da SPC em caso de intervenção judicial

O Grande Júri não poderá expedir uma ordem de intervenção judicial se a SPC estiver em liquidação, e qualquer ordem de intervenção judicial expedida deixará de ter efeito sobre o início de qualquer liquidação da SPC. Uma SPC não poderá iniciar uma dissolução voluntária sem primeiramente obter autorização do Grande Júri, se qualquer uma de suas Carteiras for objeto de uma ordem de intervenção judicial. A remuneração e as despesas de um síndico são pagas com os ativos da Carteira específica com relação à qual o síndico foi nomeado, com prioridade sobre todas as outras reivindicações.

Substância Econômica

A Lei de Cooperação Fiscal Internacional (a lei **ES**) foi introduzida nas Ilhas Cayman em resposta ao marco da OCDE denominado Erosão da Base e Transferência de Lucros e iniciativas relacionadas da UE no tocante às chamadas “Atividades Geograficamente Móveis”.

A Lei ES é complementada pelas Notas de Orientação emitidas pela Autoridade de Informação Tributária (**TIA**, ou Tax Information Authority) das Ilhas Cayman sobre Substância Econômica relacionada a Atividades Geograficamente Móveis.

Segundo a Lei ES, qualquer ‘entidade relevante’ que desempenhe uma ‘atividade relevante’ e receba ‘renda relevante’ em um período financeiro deve satisfazer o teste de substância econômica em relação àquela atividade e apresentar os arquivamentos anuais junto à TIA.

Consulte nosso [guia de substância econômica nas Ilhas Cayman](#) para mais detalhes sobre a Lei ES.

Regulamentação de fundos e compliance para PLD

Se uma SPC for constituída como um fundo de investimento aberto e se enquadrar na definição de “fundo mútuo” segundo a Lei de Fundos Mútuos, ou se ela for um fundo fechado e se enquadrar na definição de “fundo privado” segundo a Lei de Fundos Privados, ela poderá ser regulada pela CIMA e também terá de cumprir a legislação de prevenção à lavagem de dinheiro das Ilhas Cayman.

Consulte nosso [guia de fundos mútuos nas Ilhas Cayman](#) e o [guia de fundos privados nas Ilhas Cayman](#) ou entre em contato com o seu representante habitual da Harneys para mais informações sobre SPCs constituídas como fundos mútuos ou fundos privados.



Para mais informações e principais contatos, visite [harneys.com](https://www.harneys.com)

© Harneys, fevereiro de 2024

A Harneys é um dos maiores escritórios de advocacia offshore internacional. Com escritórios localizados ao redor do mundo, a Harneys presta assessoria aos maiores escritórios de advocacia, instituições financeiras e corporações do mundo em assuntos das leis das Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Cayman, Chipre, Luxemburgo, Bermudas, Anguilla e Jersey. Os serviços jurídicos em Jersey são prestados por meio de um acordo com a Harneys (Jersey), que é um escritório de advocacia de propriedade e controle independente em Jersey. Para mais informações sobre a Harneys, acesse o endereço [harneys.com](https://www.harneys.com) ou entre em contato conosco em marketing@harneys.com.

O documento acima destina-se apenas a informações gerais, não devendo ser usado como base para orientação jurídica em qualquer situação específica ou individual.